

# BRASIL ENERGIA



UHE Belo Monte, no Xingu, Pará. Divulgação Norte Energia

## Geradores sugerem fundo de compensação a indígenas por hidrelétricas

Iniciativa de empresas tem objetivo de viabilizar potencial hidrelétrico ainda disponível no Brasil

Por **Marco Sardenberg** — Última atualização em **13/11/2018**

Compartilhe



Um grupo de empresas do setor elétrico pretende apresentar ao próximo governo propostas de mecanismos de compensação para as comunidades indígenas afetadas pela construção de novas hidrelétricas. De acordo com o diretor de Estratégia e Comunicação da Engie, Gil Maranhão, a ideia é que, no edital de futuros leilões, seja definido um valor, repassado via tarifa, reservado para a criação de um fundo para programas de desenvolvimento econômico na região com a participação de lideranças indígenas, Funai e empreendedor.

O projeto poderia se tornar viável por dois caminhos, segundo Maranhão. Um seria via projeto de lei, para todos os projetos no futuro, ou pontualmente para cada projeto, através de uma portaria interministerial. As redações tanto para o projeto de lei quanto para a portaria interministerial estão prontas e, devido à complexidade do tema, devem ser apresentadas ao próximo governo eleito.

De acordo com a EPE, o Brasil possui, atualmente, 52 GW de potência em 196 aproveitamentos hidrelétricos com potência acima de 30 MW já estudados. Do total, 64% está localizado nas bacias amazônicas, sendo que 58% interferem diretamente em terras indígenas.

Para Alexandre Uhlig, diretor de Sustentabilidade do Instituto Acende Brasil – que também faz parte do grupo de empresas que trabalha no tema -, o processo não é curto e surge em um momento em que o Brasil tem na agenda diversos temas prioritários.

“A linha transmissão Manaus – Boa Vista é a materialização do que estamos vendo no setor em relação a essa questão. Seria muito interessante que a Funai estivesse participando do processo, assim como o MMA e o Ibama juntamente com as empresas para levar a frente o desatamento desses nós dos empreendimentos”, pontua Uhlig.

Recentemente, a negociação para a aprovação da linha com representantes indígenas começou a avançar.

O diretor do Instituto Acende Brasil cita o caso do Canadá, que recentemente elaborou projetos com parceria e participação de povos indígenas, chamados para serem sócios em alguns empreendimentos. No Brasil, porém, a diversidade de povos indígenas é considerada um desafio adicional importante a ser analisado.